

O Planejamento e a Gestão para o Desenvolvimento Sustentável: o caso da cidade de Jundiaí

Damião Felipe Clemente Filho¹, Luis Paulo Bresciani²

RESUMO: O presente artigo aborda a forma como o crescimento ocorre, e de que forma o planejamento e a gestão das políticas públicas conciliaram os objetivos de desenvolvimento e sustentabilidade na cidade de Jundiaí, enfatizando a preservação ambiental como condição necessária à melhoria da qualidade de vida das pessoas. Muitas ações com foco no conceito de sustentabilidade foram identificadas entre os anos de 1995 e 2005, período deste estudo, como a coleta seletiva de lixo, o tratamento de esgoto, e a criação do comitê de preservação do Rio Jundiaí, dentre outras. A evolução experimentada pela cidade nos últimos dez anos tem como explicação: investimentos na infra-estrutura e planejamento estratégico. Esta pesquisa teve como base informações de natureza documental e de entrevistas semi-estruturadas realizadas com gestores públicos, dirigentes empresariais e lideranças de associações civis, que atuaram na cidade durante o período estudado.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; Sustentabilidade; Qualidade de Vida.

ABSTRACT: The present article studies the growth processes, and how the planning and management of public policies had integrated the objectives of development and sustainability in the city of Jundiaí, emphasizing the environmental conditions for the improvement of the populations' quality of life. A series of actions focusing the concept of sustainability had been identified between the years of 1995 and 2005, period of this study, as well as the waste selective collection, the sewage treatment and the creation, of the River Jundiaí committee. The city evolution in last the ten years has as its main explanation the investments in infrastructure and strategic planning. This research was based on documents and interviews of public managers, business leaders and leaderships of civil associations that had personal involvement with the city development process during the studied period.

KEYWORDS: Development; Sustainability; Quality of Life.

¹ Professor da Faculdade Politécnica de Jundiaí – SP – Brasil. Av. Goiás, 3400 – São Caetano do Sul (SP), CEP 09550-051, e-mail: damiao@sp.senac.br

² Professor do Programa de Mestrado em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (IMES) – SP – Brasil, Secretário de Desenvolvimento Econômico e Ação Regional da Prefeitura de Santo André (SP) Av. Goiás, 3400 – São Caetano do Sul (SP), CEP 09550-051, e-mail: lpb3@ig.com.br

1. INTRODUÇÃO

Muitos municípios têm reunido suas lideranças políticas e as principais forças da sociedade civil para o debate de agendas e a elaboração de planos de desenvolvimento. Esses planos tratam de promover um conjunto de ações que estimule os investimentos, com a expansão de empreendimentos existentes e a instalação de novos empreendimentos na busca de aumentar o emprego e renda, bem como o aumento da arrecadação pública municipal e a disseminação da importância de preservação do meio ambiente.

Nos últimos quinze anos, muitas cidades do estado de São Paulo experimentaram significativo crescimento em suas economias, onde os segmentos industriais, de comércio e de serviços proporcionam emprego, renda e qualidade de vida aos seus habitantes.

Essa experiência vivida pelas cidades em um cenário marcado por uma economia cada vez mais globalizada e uma concorrência bastante acirrada, suscita incerteza nas sociedades locais, bem como a necessidade de levantar e analisar suas conseqüências sobre as gerações futuras.

A cidade de Jundiaí, distante apenas 60 km da capital paulista, vive exatamente esse momento, apresentando um crescimento considerável de empresas instaladas nos segmentos industriais, comerciais e de serviços. Paralelamente, a cidade vê sua população aumentar em função do afluxo de grande número de famílias, que vêm na região um lugar agradável e saudável para viver, em função da boa qualidade do ar, da água, da boa malha rodoviária e da estrutura de comércio e serviços oferecidos.

Jundiaí possui aproximadamente 340.000 habitantes, se localiza a 60 km de São Paulo e faz limite com 11 municípios: Várzea Paulista, Campo Limpo Paulista, Franco da Rocha, Cajamar, Pirapora do Bom Jesus, Cabreúva, Itupeva, Louveira, Vinhedo, Itatiba e Jarinu.

A superfície da cidade é de 432 km², sendo que a área urbana ocupa 155 km², das quais 23,25 km² são de área verde. A área rural de 277 km², dos quais 91,4 km² correspondem às áreas de tombamento da Serra do Japi (JUNDIAÍ, 2005).

A cidade está localizada na bacia do Rio Jundiaí, rio que nasce em Mairiporã e segue em direção leste, atravessando os municípios de Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista, Itupeva e Indaiatuba. Finalmente, no município de Salto, o rio Jundiaí deságua no rio Tietê.

Dentre as várias sub-bacias presentes, destaca-se a do rio Jundiaí-Mirim, que nasce em Jarinu e é o principal manancial de água para abastecimento público. A cidade é abastecida por água tratada (98%); a taxa de mortalidade infantil só fez diminuir desde a década de 1980. Esse avanço é importante, pois indica o nível de imunização da população, a disponibilidade dos serviços de saúde, o padrão da alimentação, as condições de saneamento básico, entre outras melhorias. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é de 0,857 e coloca a cidade em condições muito positivas quando comparada à maior parte das cidades brasileiras (ONU, 2007).

Mesmo não tendo um programa de incentivos fiscais, vê surgir um grande número de empresas industriais, comerciais e de serviços, bem como o crescimento populacional. O crescimento populacional e a intensa atividade empresarial, bem como a situação geográfica que propicia fácil acesso a grandes cidades como São Paulo e Campinas, preocupa a sociedade local que começa a se mobilizar para que não se degrade esse ambiente de crescimento e que a qualidade de vida de seus moradores seja preservada.

Diante desse cenário e contexto, estudamos o fenômeno do crescimento e do desenvolvimento local, seus limites, suas potencialidades, as razões que levaram um conjunto relevante de empresas a se instalarem em Jundiaí, bem como as ações realizadas para preservar o meio ambiente e a qualidade de vida dos moradores da cidade.

2. REFERENCIAL CONCEITUAL

O referencial conceitual desta pesquisa compreende elementos teóricos vinculados aos temas: crescimento econômico, desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável, crescimento populacional, sustentabilidade urbana, qualidade de vida e a importância do planejamento para alcançar o desenvolvimento econômico sem comprometer as gerações futuras. A perspectiva é que esses conceitos permitam uma adequada compreensão da importância do planejamento na gestão das cidades.

Muitas vezes, confunde-se crescimento econômico com desenvolvimento econômico, que não são a mesma coisa. O primeiro, o crescimento econômico, é a ampliação quantitativa da produção (PIB), ou seja, de bens que atendam às necessidades humanas. Já o conceito de desenvolvimento econômico é mais amplo, englobando inclusive o de crescimento econômico. Quando se diz que um país é desenvolvido, o que se quer ressaltar é que as

condições de vida da população são boas, e quando se diz que um país é subdesenvolvido, refere-se ao fato de que a maior parte da população residente tem condições de vida sofríveis (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO, 1996).

Em extensão a esses conceitos aparece o desenvolvimento sustentável como um processo de desenvolvimento econômico em que se procura preservar o meio ambiente, levando-se em conta os interesses das futuras gerações.

O conceito de “desenvolvimento sustentável”, muitas vezes é interpretado como a possibilidade do crescimento continuado da economia. Porém, como destaca Almeida (2002), é um conceito que contempla o desenvolvimento, econômico, social, científico e cultural das sociedades garantindo saúde, conforto e conhecimento, sem exaurir os recursos naturais do planeta. Portanto, toda e qualquer forma de relação do homem com a natureza deve ocorrer com o menor dano possível ao ambiente, preservando a biodiversidade e dessa forma protegendo a vida no planeta.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu pela constatação de que o desenvolvimento econômico deveria levar em conta também o equilíbrio ecológico e a preservação da qualidade de vida das populações humanas, ampliando a perspectiva centrada unicamente na lógica dos negócios e contemplando, portanto, as dimensões humana, cultural, social e ambiental (SEQUINEL, 2002).

A idéia de desenvolvimento econômico está associada às condições de vida da população, sendo formada por uma série de indicadores sociais disponíveis. São exemplos desses indicadores: a esperança de vida da população ao nascer, a proporção de médicos e leitos hospitalares por habitante, as taxas de acesso à água potável e esgoto, a taxa de alfabetização e o tempo de escolaridade, dentre outros.

O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB *per capita*). O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral sintética do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver", conforme aponta o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2007).

Segundo Veiga (2006), só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. E são quatro as mais elementares: ter uma vida longa e saudável; ser instruído: ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno; ser capaz de participar da vida da comunidade. Na ausência dessas quatro, estarão indisponíveis todas as outras possíveis escolhas.

Em meados da década de 1980, cresciam as preocupações relacionadas à qualidade de vida e aos problemas ambientais contemporâneos, como a poluição, o aquecimento global, a destruição da camada de ozônio, a erosão dos solos e a dilapidação das florestas e da biodiversidade genética (EHLERS, 1999).

Diante dessa preocupação, em 1983 foi criada a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD pela Organização das Nações Unidas – ONU. Essa Comissão reuniu representantes de governos, de organizações não-governamentais e da comunidade científica com o intuito de “propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000” (EHLERS, 1999, p. XI).

Em 1987, a CMMAD publicou o famoso Relatório Brundtland, que lançou à humanidade um novo desafio: o “desenvolvimento sustentável”. Basicamente, esse conceito procura transmitir a idéia de que o desenvolvimento deve conciliar, por longos períodos, o crescimento econômico e a conservação dos recursos naturais. No final da década de 1980, essa noção já se espalhava por vários países, principalmente entre os ricos, tornando-se uma espécie de ideal ou um novo paradigma da sociedade contemporânea.

Um dos grandes problemas relacionados à escassez refere-se à distribuição e uso de água, que sugere uma necessária conscientização da sociedade para enfrentá-lo. Outra grande

preocupação é o correto destino do lixo, bem como a preservação de bosques e áreas verdes.

Entretanto, a qualidade de vida tem sido resumida ao nível de renda per capita. É o referencial que nos fornece, por exemplo, o Banco Mundial através dos seus relatórios. Esta visão, é preciso dizê-lo, continua amplamente compartilhada pelas instituições mais poderosas, para as quais o progresso é identificado essencialmente através do crescimento da economia. A partir de 1990, com a produção dos relatórios sobre o desenvolvimento humano, ampliou-se significativamente esta visão, ao acrescentar o nível educacional e o nível de saúde ao indicador sobre renda. Esta nova visão constitui um progresso muito significativo. No entanto, ainda é demasiado simplificada como indicador de qualidade de vida, deixando no escuro uma série de elementos-chave da ação social (DOWBOR, 2003).

A qualidade de vida também pressupõe uma infra-estrutura social pública capaz de atuar em benefício do bem comum (condições gerais de habitação, saúde, educação, cultura, alimentação, lazer, etc.), respeitando a capacidade de reposição dos recursos naturais; visto que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é essencial à sadia qualidade de vida.

Uma cidade só pode ser considerada saudável quando todos os fatores ambientais que repercutem na saúde e bem-estar do cidadão estão equilibrados nos locais onde ele vive, trabalha, circula, se locomove e tem o seu lazer. Como cada um convive com milhares de outros seres, só pode sentir-se seguro e satisfeito se todos os demais desfrutarem de boas condições sanitárias também. A saúde da cidade por inteiro é, por isso, condição necessária e indispensável à saúde de cada cidadão (ALVES, 1992).

Como afirma Sachs (2007, p. A17), o conceito de desenvolvimento deve pressupor crescimento econômico acompanhado por “resultados sociais e ambientais positivos, numa trajetória triplamente vencedora”, opondo-se ao “mau desenvolvimento” pautado por crescimento forte com negativos impactos sociais e ambientais.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa constituiu-se de entrevistas, sendo que as informações colhidas foram interpretadas com base na técnica de Análise de Conteúdo. As informações analisadas neste estudo foram obtidas através de entrevistas com os sujeitos de três grupos:

- a) Os dirigentes de algumas das principais empresas de Jundiaí – procurando identificar os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças para as empresas instaladas, bem como os fatores que contribuíram para sua implantação nesse território, e as ações executadas para que a cidade venha a desfrutar de um desenvolvimento sustentável;
- b) Gestores públicos e lideranças políticas da cidade e da região – buscando questionar e apresentar os programas e políticas públicas relacionadas às estratégias de desenvolvimento local, bem como as ações com foco no conceito de desenvolvimento sustentável;
- c) Lideranças de entidades da sociedade civil (associações empresariais, sindicatos de trabalhadores, entidades ambientais, dentre outros) – com interesses específicos face ao desenvolvimento regional e às ações desenvolvidas com foco no conceito de desenvolvimento sustentável.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi elaborado um questionário. Segundo Gil (1999), este instrumento é preferível, visto que o questionário expressa melhor o procedimento auto-administrado, no qual o pesquisado responde por escrito as perguntas que lhe são feitas.

A elaboração do formulário buscou organizar as questões de modo a cobrir os pontos que são objetos da pesquisa, ou seja, caracterização do crescimento e desenvolvimento de Jundiaí e as ações que foram desenvolvidas baseadas no conceito de sustentabilidade, extraindo de cada um dos pontos, uma série de questões inter-relacionadas.

A pesquisa proposta utilizou como secundárias as seguintes fontes:

- a) Literatura sobre os conceitos fundamentais: qualidade de vida, desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável, crescimento populacional e políticas públicas;

- b) Dados estatísticos do SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (2005);
- c) Publicações existentes sobre a cidade de Jundiaí em jornais, revistas e demais periódicos regionais, que apresentem dados consistentes para análise, relativos à delimitação da pesquisa.

A análise dos resultados desta pesquisa foi elaborada com base na Análise de Conteúdo, através do confronto entre os depoimentos das entrevistas que foram discutidos à luz dos conceitos teóricos, bem como das evidências e elementos verificados juntos às demais fontes da pesquisa.

A análise de conteúdo desenvolve-se em três fases: (a) pré-análise; (b) exploração do material; e (c) tratamento dos dados, inferência e interpretação (BARDIN, 1977 apud GIL, 1999).

A pré-análise é a fase de organização, que inicia com os primeiros contatos com os documentos, seguido da escolha dos documentos e a preparação do material para análise.

A exploração do material constitui, geralmente, uma fase longa e fastidiosa que tem como objetivo administrar sistematicamente as decisões tomadas na pré-análise. Refere-se fundamentalmente às tarefas de codificação, envolvendo: o recorte (escolha das unidades), a enumeração (escolha das regras de contagem) e a classificação (escolha de categoria).

Já no tratamento dos dados, há a inferência e a interpretação que, por fim, objetivam tornar os dados válidos e significativos. À medida que as informações obtidas são confrontadas com informações já existentes, pode-se chegar a amplas generalizações, o que torna a análise de conteúdo um dos mais importantes instrumentos para a análise das comunicações de massa.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Conforme exposto pelos sujeitos pesquisados (gestores públicos, dirigentes empresariais e lideranças de associações civis), o motivo que proporcionou o crescimento do número de empresas instaladas em Jundiaí no período de 1995 a 2005 foi a localização estratégica da cidade, que fica entre dois grandes centros consumidores (São Paulo e Campinas) e possui uma malha rodoviária de boa qualidade.

Segundo os pesquisados, diversas ações com foco no desenvolvimento sustentável foram desenvolvidas na cidade e buscaram conciliar o desenvolvimento e a sustentabilidade de Jundiaí.

Um dos maiores problemas, bem como uma das ações mais importantes para a melhoria da saúde pública é, sem dúvida, o saneamento básico. Porém poucas cidades no mundo coletam, tratam e reciclam seus esgotos. No Brasil pouco mais da metade das cidades chegam a ter rede de esgoto. Isso significa que grande parte das moradias do país despeja seus esgotos em rios, lagos e praias, sem tratamento. O tratamento do esgoto foi uma das ações colocadas pelos entrevistados como de maior importância com foco no conceito de sustentabilidade, visto que a cidade de Jundiaí coleta cerca de 95% de todo o esgoto produzido, sendo que 100% do esgoto coletado é tratado e reciclado, tornando a cidade referência nesse setor no hemisfério sul. A Estação de Tratamento de Esgoto de Jundiaí trata os esgotos domésticos, comerciais e industriais com o objetivo de retornar o efluente ao rio, sem causar danos à natureza.

O Plano Diretor de Jundiaí (criado em 2004) é o instrumento básico, estratégico e global de gestão urbana, que orienta a realização das ações públicas e privadas na esfera municipal. Ele abrange a totalidade do território de Jundiaí e estabelece diretrizes para a transformação positiva da cidade, por meio de três frentes: a política de desenvolvimento urbano e inserção regional; a política urbanística e ambiental; e a política econômica e social.

Conforme apresentado pelos gestores públicos, a cidade de Jundiaí está dividida em três segmentos: zona rural produtiva e de mananciais, zona urbana e de expansão urbana e a Serra do Japi, sendo esta última amparada por rígida legislação para sua preservação. Toda política é para manter essas três zonas protegidas. No final de 2004, além da aprovação da lei que cria o Sistema de Proteção das Áreas da Serra do Japi (Lei Complementar 417), foram aprovadas outras duas importantes leis para a cidade: o Plano Diretor (Lei Complementar 415) e a nova Lei de Zoneamento (Lei Complementar 416). Se essa legislação for cumprida a partir de forte fiscalização, a cidade estará mantendo uma política de sustentabilidade, tendo como principal ação política promover a ocupação urbana consolidada como forma de minimizar a pressão sobre as áreas a serem preservadas, diminuindo assim o custo do desenvolvimento. As principais ações em desenvolvimento são apresentadas a seguir.

- a) Uma das alternativas implantadas no município para melhor equacionamento do problema do lixo foi a criação do “Armazém da Natureza”, um programa de coleta seletiva de lixo reciclável. Esta coleta é realizada em toda a zona urbana da cidade e o lixo recolhido é encaminhado para o “Centro de Triagem”, localizado no Distrito Industrial. Neste local, os vários materiais recicláveis (plástico, papel, alumínio, vidro) são separados e organizados para posterior comercialização. Deste modo, aquilo que era lixo se transforma novamente em “valor”.
- b) Um dos projetos desenvolvidos pela prefeitura foi a elaboração de uma política de gerenciamento de resíduos sólidos. Esse procedimento consiste em reaproveitar restos, entulhos de cerâmica, louça (esse tipo de entulho reduz a vida útil do aterro) para pavimentação, drenagem de água e manutenção de ruas, evitando assim que o entulho vá para o aterro sanitário. Com essa ação, a prefeitura reduz o custo da compra do material necessário aos procedimentos citados.
- c) A criação do Parque da Cidade teve como objetivo atingir dois pontos principais: lazer para a população e ocupação do entorno da represa, impedindo ocupações indesejáveis e prejudiciais.
- d) O Jardim Botânico, localizado no entorno do paço municipal, tem por objetivo principal o estudo da vegetação existente na Serra do Japi, último reduto de mata atlântica no interior paulista. O projeto dispõe de infra-estrutura e atrações variadas como jardins temáticos, trilhas e cachoeiras.
- e) A Lei de Zoneamento ou Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, veda a instalação no município de “indústrias de grande impacto ambiental ou perigosas – estabelecimentos que envolvam a fabricação de materiais explosivos e/ou tóxicos, tais como: pólvora, álcool, cloro e derivados, petróleo, soda cáustica e derivados, cimento-amianto e similares”.

O objetivo das recentes administrações municipais em Jundiaí foi aliar desenvolvimento econômico à qualidade de vida. Nos últimos anos, Jundiaí foi marcada por investimentos maciços em infra-estrutura. Abastecimento de água, saneamento básico, educação,

transporte, habitação de qualidade, conquista de novos postos de trabalho e incentivos à área social foram frentes amplamente trabalhadas.

Diante das iniciativas desenvolvidas em Jundiaí, pode-se verificar que é possível conciliar desenvolvimento econômico e sustentabilidade, mas os limites são muito difíceis de serem determinados. Essa questão tem que ser muito discutida com a sociedade em geral, pois a participação dela nessa definição é muito importante.

Uma das grandes preocupações de Jundiaí e região são as elevadas concentrações de ozônio em determinados momentos. Como esse poluente é secundário, com sua formação ocorrendo na atmosfera através de reações fotoquímicas, suspeita-se que os poluentes primários possam vir da região metropolitana de São Paulo, mas não existe diagnóstico do problema, que de certa forma vem ocorrendo em todas as áreas de urbanização intensa no estado de São Paulo.

De qualquer forma, é razoável pensarmos na possibilidade de interferência de fontes de poluição em mais de um município, pois os meios receptores ambientais (seja pela água ou pelo ar) não respeitam os limites territoriais estabelecidos pelo homem. Vemos atualmente o impacto global para determinados poluentes, que estão na pauta de discussão do momento em razão do chamado aquecimento global.

Com relação às águas, existe o grande impacto provocado pelo lançamento de esgotos domésticos no rio Jundiaí, provenientes dos municípios de Campo Limpo Paulista e Várzea Paulista, que não efetuam qualquer tratamento.

5. CONCLUSÃO

A apresentação desse estudo retratou a maneira como o planejamento e a gestão das políticas públicas, na cidade de Jundiaí, buscaram conciliar desenvolvimento e sustentabilidade, possibilitando a melhoria da qualidade de vida de sua população. As gestões municipais tiveram forte participação nesse processo, visto que, por meio do planejamento e aproveitando a localização privilegiada, investiram na infra-estrutura (distritos industriais, água, esgoto, etc.).

Neste trabalho pode-se constatar que a cidade de Jundiaí tem desenvolvido programas de educação e proteção ambiental, a elaboração de projetos de intervenção urbana, política de

proteção e preservação de áreas verdes. Do mesmo modo, trabalha no aprimoramento permanente da gestão do espaço urbano, buscando reconhecer as vocações e tendências de expansão do município, definindo políticas que estimulem o seu desenvolvimento ecologicamente sustentável e socialmente justo.

No que diz respeito à política ambiental, a cidade tem programa de coleta seletiva de lixo que atende 100% da área urbana - o "Armazém da Natureza" – implantado desde 1997. A Serra do Japi, como patrimônio natural da humanidade, possui toda uma legislação municipal - além daquela pertinente aos níveis federal e estadual da administração pública - que visa sua proteção. Importante destacar a despoluição do Rio Jundiaí, o tratamento de 100% do esgoto coletado, o programa de arborização urbana, dentre outros aspectos.

É preciso considerar também que o conceito de "meio ambiente saudável" envolve tanto aspectos físico-geográficos quanto sociais. Assim, índices relativos ao saneamento básico, saúde, educação, programas de inclusão social de parcelas menos favorecidas da população, dentre outros, também são fundamentais para a conquista de qualidade de vida.

Através do presente estudo, buscamos contribuir com a geração de conhecimento sobre o planejamento e a execução dos processos de desenvolvimento local e regional, focalizando em especial o conceito de sustentabilidade. Do mesmo modo, esperamos que a presença desse conceito nas políticas públicas possa, em alguma medida, apoiar ações focadas na transformação e a melhoria da qualidade de vida urbana.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando. O bom negócio da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ALVES, Júlia Falivene. Metrôpoles, cidadania e qualidade de vida. São Paulo: Moderna, 1992.

DOWBOR, Ladislau. Articulando emprego, demanda e crescimento econômico. 2003. Disponível em: <<http://dowbor.org/03circulovirt%20para%20luciano.doc>>. Acesso em: 26 ago. 2006.

EHLERS, Eduardo. Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2 ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

GIL, Antonio C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GREMAUD, Amaury Patrick.; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval.; TONETO JR., Rudinei. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Atlas, 1996.

JUNDIAÍ – Prefeitura Municipal de Jundiaí – Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. Perfil do Município. In: Cadernos de Planejamento. Jundiaí: PMJ, 2005, v. VIII, 14 p.

ONU – Organização das Nações Unidas, PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Desenvolvimento e IDH. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: 24 fev. 2007.

SACHS, Ignacy. Precisamos do conceito de desenvolvimento - Entrevista a Cristina Amorim. O Estado de São Paulo, 14 mar. 2007, p. A17.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Perfil municipal. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/index.php>>. Acesso em: 20 out. 2005.

SEQUINEL, Maria Carmen Mattana. O modelo de sustentabilidade urbana de Curitiba, um estudo de caso. 108 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da UFSC, Florianópolis, 2002.

VEIGA, José Eli da. Meio ambiente & desenvolvimento. São Paulo: Senac, 2006.

Artigo recebido em: 15/08/2007 e aceito em 12/12/2008.